

Documentação popular: proposição de um conceito

Popular documentation: proposition of a concept

Rodrigo Rabello ¹

¹ Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>

Autor para correspondência/Mail to: Rodrigo Rabello, rdgrabello@unb.br

Recebido/Submitted: 08 de fevereiro de 2025; Aceito/Approved: 02 de junho de 2025



Copyright © 2025 Rabello. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso para compartilhar e adaptar e é preciso dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

O estudo aborda as motivações para a criação de espaços voltados a ações de documentação popular, destacando sua relevância para a sociedade e para as ciências da informação e documentação, além de formular um conceito de documentação popular. O método usado foi uma revisão narrativa da literatura, com a exploração das articulações entre a documentação científica e a popular, reconhecendo suas dimensões políticas e seus efeitos. Foram identificados modos de institucionalidade e suas relações a partir da reflexão sobre a materialidade da informação, considerando a “triade epistêmico-prática” – memória, conhecimento e protagonismo – como elemento central e distintivo da documentação. Por fim, foi proposto um conceito de documentação popular, fundamentado na reflexão sobre quem a produz, para quem é produzida, com quais fontes e mediante quais abordagens. Esses elementos também foram relevantes para a formulação de heurísticas que permitem diferenciar a documentação popular oriunda de movimentos sociais democráticos e antidemocráticos.

Palavras-chave: Documentação popular; Documentação científica; Práticas documentárias; Movimentos sociais; Protagonismo social; Heurísticas.

Abstract

The study examines the motivations behind the creation of spaces dedicated to popular documentation initiatives, highlighting their relevance to society as well as to the information and documentation sciences, and further proposes a concept of popular documentation. The method employed was a narrative literature review, exploring the interconnections between scientific and popular documentation while recognising their political dimensions and effects. Different modes of institutionalisation and their relationships were identified through a reflection on the materiality of information, considering the “epistemic-practical triad” – memory, knowledge, and protagonism – as a central and distinctive element of documentation. Finally, a concept of popular documentation was proposed, grounded in reflections on who produces it, for whom it is produced, with which sources, and through which approaches. These elements also proved relevant for the formulation of heuristics that make it possible to distinguish popular documentation arising from democratic and anti-democratic social movements.

Keywords: Popular documentation; Scientific documentation; Documentary practices; Social movements; Social protagonism; Heuristics.

INTRODUÇÃO

A documentação popular constitui um tema que, embora não completamente ignorado, tem sido subestimado ou insuficientemente abordado no âmbito das ciências da informação e da documentação. O potencial contributivo da documentação popular para os estudos socioculturais, políticos e éticos da informação merece estar acompanhado de ferramentas teóricas, conceituais e procedimentais capazes de explicitar sua abrangência e complexidade.

Um aspecto que se revela pouco produtivo, nesse contexto, diz respeito a abordagens que tendem a simplificar a documentação popular, seja ao reduzi-la e sobrevalorizá-la moralmente em relação à documentação científica, ou ao restringi-la a instrumentos e meios exclusivamente voltados à ação social de caráter democrático. Apesar de esses elementos integrarem as práticas da documentação popular e suas formulações conceituais da segunda metade do século XX, a simplificação desse quadro dificulta a apreensão de sua complexidade.

Ao tratar da documentação popular, é comum associá-la a movimentos sociais, o que estabelece uma singularidade em relação à documentação científica. Neste texto, utiliza-se o adjetivo “científica” justamente para marcar essa diferenciação, já que os autores mobilizados para a compreensão desta última (Otlet, 1934; Briet, 1951; Woledge, 1983; Meyriat, 1993; Rayward, 1994, 1995, 2014; Buckland, 1997; Rieusset-Lemarié, 1997) referem-se à documentação científica simplesmente como “documentação”.

Essa distinção frequentemente abre margem a questionamentos, como a ideia de que a documentação popular seria “política”, enquanto a científica seria “técnica”, como se fosse possível dissociar técnica de política. Compreende-se, no entanto, que toda dimensão epistêmica – seja ela relacionada ao conhecimento científico ou ao saber popular – é intrinsecamente política e não neutra, pois influencia as ações das, com e nas coletividades, conforme os interesses e as intenções que a orientam.

O objetivo deste estudo é investigar as razões pelas quais as comunidades criam, preservam e utilizam a documentação popular. Mais do que isso, busca-se compreender as motivações que sustentam a criação e a manutenção

de espaços vinculados a uma forma de documentação mais fluida, não necessariamente formalizada institucionalmente. Ademais, parte-se da hipótese de que tanto a documentação científica quanto a popular compartilham uma “tríade” fundamental, composta a partir da relação entre memória, conhecimento e protagonismo.

O exercício de buscar uma teleologia comum ao processo de documentar implica, em última instância, problematizar a noção de neutralidade, ao evidenciar zonas de interseção política entre o conhecimento científico e o saber popular. Esse espaço de conexão manifesta-se, sobretudo, no ato de preservar a memória material com o propósito de produzir conhecimento que, por sua vez, promova ou possibilite formas de protagonismo social.

Tal perspectiva parece colocar em tensão a noção de cientificidade frequentemente reiterada no bojo das ciências da informação e da documentação. Estaríamos, assim, diante de um elo capaz de constituir uma ponte entre dois universos – um denominado científico, outro popular – historicamente separados por uma tradição cientificista? Embora não se pretenda oferecer uma resposta definitiva, busca-se reunir argumentos e indícios que provoquem reflexões e convidem o leitor à construção de diálogos possíveis.

O texto, de caráter ensaístico, adota certa liberdade argumentativa para explorar um tema abrangente, dialogando com autores de diferentes áreas, como sociologia, educação popular e ciências da informação e da documentação. A presença de autores influentes (Durkheim, 2007; Weber, 1978, 2002, 2012; Freire & Luckmann, 1995; Freire, 1979; Tragtenberg, 1985, Bourdieu, 1989, 1996, entre outros) pode suscitar controvérsias epistêmico-políticas, especialmente diante das diferentes correntes sociológicas (funcionalismo, sociologia compreensiva, materialismo histórico-dialético, etc.) e das abordagens da neodocumentação, que integram, dentre outros, aportes dos estudos de ciência e tecnologia e do pós-estruturalismo (Frohmann, 1992, 1995). Além dos limites impostos pela extensão de um artigo acadêmico e pelas escolhas da própria autoria, espera-se contribuir com articulações conceituais e com o estímulo a novas reflexões.

A revisão e o desenvolvimento dos conceitos de documentação, mediação e usuários da informação, ao longo da trajetória de pesquisa da autoria, contribuíram para a fundamentação teórica da proposta de documentação popular. Esse referencial tem origem na tese que discute o documento na ciência da informação (R. Rabello, 2019), desdobrando-se, anos depois, em um programa de investigação voltado à materialidade e à institucionalidade da informação (R. Rabello, 2019). A continuidade desse percurso teórico resultou em estudos que abordam a relação entre informação, documento e monumento (R. Rabello & Rodrigues, 2019), as práticas documentárias em regimes de materialidade (R. Rabello, 2022a) e as relações entre memória material e documentação popular, especialmente em contextos antidemocráticos (R. Rabello, 2024). No eixo da mediação e dos usuários, destacam-se a dimensão ético-política presente na ideia de agência informacional (González de Gómez & Rabello, 2017) e as análises das desigualdades e invisibilidades sociais nas unidades de informação (R. Rabello & Almeida Junior, 2020), que sustentam parte do conceito de mediação da informação em presença (R. Rabello, 2022b) e da proposição de estudos de não-usuários de informação (R. Rabello, 2023).

A primeira seção da revisão narrativa aborda a relação entre “institucionalidade e informação”, conceituando os “modos de institucionalidade” e a “materialidade da informação”. A segunda seção discorre sobre a “documentação em perspectiva”, explorando as particularidades das documentações “científica” e “popular”, e culmina em uma reflexão sobre as “institucionalidades” desta última, bem como sobre a “tríade” da documentação. A terceira seção é dedicada à reflexão sobre “quem produz, para quem, quais fontes e abordagens” da documentação popular. Nessa parte, as “fontes” são tratadas a partir da relação entre “memória e protagonismo”; os destinatários são problematizados “entre usuários e não-usuários”; e as abordagens são discutidas em enquadramentos e diálogos situados “entre os destinatários e os protagonistas”. As seções finais delineiam um conceito para a “documentação popular” e o desdobram por meio de “matrizes heurísticas” que instigam a reflexão crítica e situada sobre o assunto.

INSTITUCIONALIDADE E INFORMAÇÃO

Modos de institucionalidade

A ideia de instituição pode ser compreendida a partir de funções, de estruturas ou de construções coletivas que orientam comportamentos e práticas, baseando-se em critérios para ordenação, cooperação e orientação de ações. Esse e outros entendimentos encontram referencial em autores da sociologia moderna, seja no âmbito do funcionamento de estruturas sociais, na racionalidade do Estado ou na construção social da realidade.

Émile Durkheim (1858-1917), em seu livro *As regras do método sociológico*, publicado em 1895, observa que as instituições sociais – como a religião, a educação e a família – permitem um funcionamento para manter a coesão e a ordem social. Nessa visão, a instituição social é transitória, evolui e se torna complexa, sendo passível não apenas de ser descrita, mas também de ser comparada e explicada (Durkheim, 2007). No século XX, autores como o sociólogo estadunidense Talcott Parsons deram continuidade ao estudo funcionalista das instituições (Parsons, 1951).

Max Weber (1864-1920), no texto *Economia e sociedade*, publicado em 1921, insere a instituição no contexto da

burocracia e das formas racionais de organização e administração do Estado moderno, concebido como uma associação política (Weber, 2012). Nessa perspectiva, a burocracia se estrutura a partir da relação entre o todo (o Estado) e a parte (os indivíduos), na qual as ações dos agentes ganham sentido, ou seja, significado e intenção (Weber, 1978). A burocracia é compreendida como “um sistema de condutas significativas, e não apenas uma forma de organização formal” (Tragtenberg, 1985, p. 187-188), cujos sentidos se articulam em esferas relativamente autônomas. Configura-se, assim, como um tipo ideal de “racionalidade prática”, manifestando-se tanto como modelo administrativo quanto como forma de produção científica. Nessa dinâmica, o Estado tende a suprimir as particularidades dos indivíduos. Como expressão simbólica do poder estatal (Bourdieu, 1996), a racionalidade burocrática na administração moderna fundamenta-se, entre outros elementos, na produção e preservação de “documentos escritos (‘os arquivos’), preservados em sua forma original ou em esboço” (Weber, 2002, p. 230).

Na obra *A construção social da realidade*, publicada em 1966, os sociólogos do conhecimento Peter Berger (1929-2017) e Thomas Luckmann (1927-2016) discutem como a realidade social é construída por meio da institucionalização em coletividades, mediante hábitos (cuja repetição permite economia de esforço), tipificações (de ações, procedimentos e atores) e permanências reciprocamente partilhadas (sedimentações intersubjetivas), implicando historicidade e controle social de padrões de conduta previamente definidos. Esse processo permite a predição de ações e a naturalização do que é, na verdade, uma construção social (Berger & Luckmann, 1995).

O hiato entre a criação da instituição e a exterioridade que se manifesta e é transmitida – com sua força de permanência, aparecendo como algo opaco e incompreensível em sua biografia – cria a impressão de que a instituição sempre existiu. Esse hiato “naturalizante” ocorre em virtude da ideia de objetividade da instituição. Dentre essas e outras características, o mundo social pode ser resumido em ao menos três enunciados: “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social.” (Berger & Luckmann, 1995, p. 87).

As instituições seguem uma ordem, representada por determinados papéis ou tipificações de atores e suas ações. O papel representa a si mesmo, como é o caso do juiz que julga, ou representa uma necessidade institucional de conduta, ou seja, uma função. Existem ainda representações mediante objetivações linguísticas, que vão desde a simples designações verbais até complexas simbolizações (Berger & Luckmann, 1995). A documentação e todo o aparato técnico-institucional integram essas representações complexas.

Um entendimento proveniente desses conceitos é que as instituições são regidas por regras e normas que tanto influenciam e orientam quanto são influenciadas e orientadas por determinadas práticas. Com isso, as instituições podem se manifestar de diferentes modos, sejam eles “modos de institucionalização” (Berger & Luckmann, 1995), em uma chave com o foco nos atores humanos, ou “modos de institucionalidade” (Rabello, 2019, 2022a, 2024), em uma perspectiva receptiva daqueles atores humanos e de outros atores.

Os **modos de institucionalização** (Berger & Luckmann, 1995) estão condicionados à extensão da significação e a sua “reificação” (ou coisificação). Neles, determinados indivíduos executam certas ações, o conhecimento é distribuído segundo papéis específicos e a significação enfrenta um problema objetivo: o desafio de as instituições se conservarem conforme a dificuldade de os indivíduos se reconhecerem nelas, em virtude, por exemplo, de a instituição não reproduzir determinadas ações arquetípicas esperadas. Somada a isso, a “reificação” ocorre em função da objetividade atribuída à instituição, aos papéis e a suas ações. A instituição se torna coisa “natural”, com vida própria, como se não fosse fruto de uma construção social.

A institucionalização não é, contudo, um processo irreversível, a despeito do fato das instituições, uma vez formadas, terem a tendência a perdurar. Por uma multiplicidade de razões históricas, a extensão das ações institucionalizadas pode diminuir. Pode haver desinstitucionalização em certas áreas da vida social. Por exemplo, a esfera privada que surgiu na moderna sociedade industrial é consideravelmente desinstitucionalizada, se comparada com a esfera pública (Berger & Luckmann, 1995, p. 113).

Apesar de não focar no processo de desinstitucionalização – ainda que essa possibilidade não seja descartada, afinal, uma instituição pode gradual ou abruptamente perder força até deixar de existir –, a proposição dos **modos de institucionalidade** (Rabello, 2019, 2022a, 2024) estabelece uma diferenciação na ordem institucional, conforme a disposição formal e suas variações.

As institucionalidades **formais** utilizam regras explícitas e codificadas, como leis, normas e regulamentos, que orientam ritos e práticas. Nessas instituições, as estruturas tendem a ser rígidas, com cadeias de comando verticalizadas. Uma característica predominante é a organização hierarquizada, com forte apelo ao conhecimento e à linguagem técnico-científica e legal – em suma, profissional – para orientar ações. No campo informacional, encontram-se os meios de comunicação (em mídias digitais e analógicas, tanto no setor público quanto no privado, como veículos de imprensa, dentre outros), além dos equipamentos e dispositivos culturais, como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, igualmente presentes tanto no contexto público-estatal quanto no setor privado.

As institucionalidades **informais** podem ser compostas por normas e práticas não codificadas, como tradições, costumes e valores culturais. Nessas instituições, os arranjos tendem a ser fluidos, com comandos e práticas mais horizontalizados. A hierarquia não é um fator imprescindível, e a orientação das ações ocorre de forma voluntária, fundamentada no saber e nas tradições populares, ou por uma linguagem coloquial ou de especialidade compartilhada pela comunidade, algo observado em movimentos sociais. No campo informacional, encontram-se iniciativas comunicacionais alternativas, produzidas pela comunidade ou individualmente por seus membros, em meios analógicos ou digitais, como jornais e rádios comunitários, *blogs*, fanzines, além de entidades informacionais alternativas, como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação comunitários ou populares.

As institucionalidades **semiformais** situam-se nos entremeios dos modos formais e informais. Nelas, as regras, os ritos e as práticas tendem a caminhar entre a flexibilidade e a hierarquia, podendo alinhar-se tanto aos princípios e conhecimentos formais quanto aos saberes e às demandas populares. Muitas dessas institucionalidades também surgem ou se desenvolvem a partir de movimentos sociais. Exemplos incluem o chamado Terceiro Setor, em que se encontram organizações não governamentais (ONGs). As iniciativas comunicacionais e os dispositivos informacionais alternativos, criados e geridos nesse contexto, reúnem a atuação de profissionais e voluntários, de toda ordem, cada qual com suas respectivas contribuições. Independentemente do tipo de institucionalidade, o grau de dependência de ações em plataformas digitais privadas ou em parcerias público-privadas também se torna uma variável, já que as regras das plataformas ou da instituição com maior poder – por exemplo, com mais recursos – podem influenciar os conteúdos, assim como os meios de distribuição, visualização e acesso, através da lógica algorítmica e dos interesses e intenções de quem a governa (Gillespie, 2018).

Materialidade da informação

A informação provoca efeitos (Frohmann, 2008a), seja em sua forma mais fluida, intangível e efêmera (como na oralidade), seja em sua forma tangível e física (como nos documentos), em uma forma menos fluida, portanto. Sua materialidade, nesses termos, está mais relacionada aos efeitos epistêmico-políticos da informação do que ao meio pelo qual esses efeitos se manifestam (Amorim & Rabello, 2023).

Ao **provocar efeitos** e intervir em coletividades, a materialidade da informação pode ser apreendida em suas camadas ou dimensões, com determinadas características: a dimensão **simbólica**, definida por convenções sociais – abrangendo tanto a **episteme**, relacionada ao conhecimento, quanto a **agnoia**, relativa à ignorância –, que orientam ações intencionais ou não intencionais; a dimensão **política**, relacionada ao poder de intervir em uma ou mais coletividades; e a dimensão **ética**, associada à reflexão e à ação diante dos efeitos provocados, orientada pelo bem comum, pela justiça e pela responsabilidade moral. Os modos de institucionalidade encontram na informação e em sua materialidade – que envolve relativa permanência e força política para agir, mobilizar, agenciar e alistar atores (Frohmann, 1992, 1995, 2008a) – o “amalgama” que produz e reproduz redes.

Entre os efeitos da informação está, portanto, a capacidade de **mobilizar comunidades**. Esses coletivos constituem redes e instituições formais, informais ou semiformais. Independentemente do tipo de institucionalidade, a instituição-rede se caracteriza por ser criada ou mantida sob a orientação de um ou mais enunciados, com comandos diretos ou indiretos, que circulam, adquirem ou apresentam alguma aderência social. Nas institucionalidades **formais**, os enunciados orientadores enfatizam características técnicas, científicas e/ou legais, direcionados por missões institucionais e objetivos positivados (registrados em canais formais), dentre outros comandos.

Nas institucionalidades **informais**, os enunciados orientam a satisfação de alguma demanda da comunidade, muitas vezes por meio de pactos estabelecidos oralmente ou, quando positivados (registrados), operacionalizados por meio de canais informais (como mídias sociais, em plataformas privadas, documentos esboçados sem alguma certificação cartorial, dentre outros), enfim, em meios informais produzidos ou compartilhados pela própria comunidade.

O **estado positivado** dos enunciados que orientam as institucionalidades é fundamental para a definição de “zonas de fronteira” e possíveis transversalidades, possibilitando a interação ou a transição de diferentes modos de institucionalidade, como do informal para o semiformal e deste para o formal.

Os **enunciados** compõem um sistema de sinais linguísticos cuja objetivação da experiência permite sua incorporação em um conjunto de tradições, bem como o seu compartilhamento. O estado positivado dos enunciados funciona como um auxílio mnemônico sistematizado para uma coerência no controle e na legitimação de determinadas práticas (Berger & Luckmann, 1995).

A **força pragmática dos enunciados** – que expressa, por exemplo, a necessidade de “organizar-se ou atuar na organização para...” ou “agir com a finalidade de...” – mobiliza atores, cria vínculos e afetos, gera identidades e possibilita a construção, apropriação e/ou significação e ressignificação de espaços e de institucionalidades.

Os enunciados que orientam os modos de institucionalidade e suas formações de e em redes são, portanto, “**informações com materialidade**”, sejam elas tangíveis ou intangíveis. Como já indicado, o estudo da materialidade direciona-se preferencialmente para seus efeitos, mais do que para os significados da informação.

Não se toma, como prerrogativa, considerar previamente a informação registrada em algum suporte para que ela possa ser estudada. O interesse recai, assim, mais sobre o **processo de documentar** e suas **implicações** do que sobre a informação propriamente dita. Nesse contexto, o estudo da materialidade da informação levou Frohmann (2008b) a priorizar a “ontologia documentária”, em vez da “ontologia semiótica” ou da “ontologia da informação”.

A **realidade** pode ser investigada a partir dessa diversidade de sentidos e pela análise das observações comuns, cujos significados constituem um consenso que define a ortodoxia, ou seja, a opinião correta vigente, ou são incorporados a ele (Froehlich, 2017). Os sentidos da representação **sobre** a realidade tendem a variar conforme o quadro de compreensão dos sujeitos (R. Rabello & Rodrigues, 2019).

A **ortodoxia** representa a visão dominante ou “as respostas corretas” segundo um determinado paradigma, isto é, alinhadas a determinadas crenças científicas, sociais ou morais (Froehlich, 2017). Assim, instituições-rede podem orientar ou ser orientadas por informações (Frohmann, 1995) “semânticas” e contingencialmente verdadeiras (Floridi, 2005). Não obstante, na contemporaneidade, além do direito à informação, consolidou-se, na prática, o direito à ignorância (Froehlich, 2017).

Na **ignorância** promovida pelo atual anti-iluminismo, o conhecimento é rejeitado e substituído, por exemplo, por propaganda anticientífica amplificada pela internet (Atton, 2006). A ignorância é objeto de estudo da agnotologia, campo que investiga a produção e disseminação da ignorância, manifesta em políticas públicas e em estratégias de grupos específicos (Proctor, 2008), como ocorre com os negacionistas da ciência, baseados em dogmas, misinformação e/ou desinformação – a exemplo dos movimentos antivacina (Vignoli, Rabello, & Almeida, 2021). O estudo da realidade, seja da ortodoxia ou da ignorância, é o meio pelo qual se torna possível compreender os efeitos epistêmicos, políticos e éticos da materialidade da informação em sua multiplicidade semântica. Nessa direção, a **ética da informação**, segundo uma taxonomia proposta por Froehlich (2017), deve abordar a ignorância em si, a misinformação, a desinformação, a informação ausente e o autoengano ou a má-fé.

A **ignorância em si** consiste na ausência de conhecimento ou consciência, incluindo a possibilidade de se estar desinformado sobre um assunto ou fato específico. Ela se manifesta, dessa forma, tanto na desinformação acidental (ou “misinformação”) quanto na desinformação intencional (ou simplesmente “desinformação”).

A **misinformação** ou pseudoinformação (Floridi, 2005) refere-se a informações incorretas ou imprecisas, podendo conduzir ao erro, seja por engano honesto ou por negligência, viés inconsciente ou, ainda, como no caso da desinformação, mediante um engano intencional (Fallis, 2014).

A **desinformação**, portanto, refere-se a informações falsas, produzidas e/ou compartilhadas com a intenção de enganar, prejudicar terceiros ou obter vantagens próprias (Fallis, 2009). Ainda que não se exija que a fonte tenha a intenção explícita de enganar, parte-se do princípio de que ela prevê que as pessoas serão induzidas ao erro (Froehlich, 2017).

A **informação ausente** se refere à omissão de dados importantes para a compreensão dos fatos e para a tomada de decisões. Essa omissão pode ocorrer por descuido ou mesmo em virtude de alguma intenção deliberada de induzir ao erro (Froehlich, 2017).

Já o **autoengano ou a má-fé** consiste em acreditar no que não se acredita, algo que leva a uma contradição. Pode ser **motivado** por objetivos deliberados, sejam eles políticos, sociais, éticos ou pessoais, bem como pode ser **não motivado**, por meio, por exemplo, do viés de confirmação, para reforçar crenças pessoais (Froehlich, 2017).

Dentre as formas de calúnia decorrentes da ignorância informacional, destacam-se o **doxing** – ato de buscar ou divulgar informações privadas ou identificadoras de um indivíduo ou grupo com intenção maliciosa – e as **notícias falsas**, frequentemente produzidas e disseminadas por extremistas antidemocráticos em “mídias alternativas” (Atton, 2006), também chamadas de “pseudo-mídias” (Palau-Sampio & Carratalá, 2022). Esses modos de “deformação” da informação semântica podem ser explicitados em efeitos informacionais baseados em traços psicológicos e vieses internalizados que tornam os indivíduos vulneráveis, por exemplo, à misinformação e à desinformação política (Froehlich, 2017).

Um dos impulsores para a propagação e efetivação da ignorância política é o **autoritarismo**, caracterizado pela deferência à autoridade, pela agressividade em relação a grupos externos e pela resistência a novidades. A orientação para **dominância social** reflete a preferência por hierarquias e pela dominação de grupos considerados “inferiores”, expressando uma visão anti-igualitária. O **preconceito** contra os “diferentes”, o **baixo contato intergrupar** e a **privação relativa** – em que um grupo, embora sem problemas econômicos, justifica sua sensação de privação – também são aspectos relevantes (Froehlich, 2017).

Os **efeitos da materialidade da informação** em instituições-rede – considerando a pluralidade semântica dos conteúdos – também podem ser observados no ativismo (Abers & Von Bullow, 2011) e na participação de e em comunidades (Gohn, 2019). O desafio está em analisar esses efeitos no contexto de movimentos sociais extremistas e antidemocráticos (Krouwel, Kutiyanski, Van-Prooijen, Martinsson, & Markstedt, 2017), que adotam a “pós-verdade” como estratégia (Waisbord, 2018) e/ou recorrem ao negacionismo e ao questionamento da ciência

por meio de dogmatismos (Vignoli et al., 2021). Essas dinâmicas podem levar ao desenvolvimento de teorias conspiratórias e outras manifestações que impactam negativamente a vida das pessoas (Douglas et al., 2019).

A **informação**, ao circular, transmite ideias e visões de mundo. Inserida em um contexto institucional e adquirindo perenidade por meio de um suporte físico, sua materialidade encontra, no processo de documentar e nos documentos – em suma, na documentação –, potencialidades para ampliar a produção de efeitos. Dito de outro modo, ela – a documentação – facilita e permite maior alcance dos enunciados e dos seus efeitos. No século XX, a **documentação** tornou-se foco de atenção tanto no meio político-acadêmico quanto entre movimentos sociais.

DOCUMENTAÇÃO EM PERSPECTIVA

Documentação científica

O cotejo entre documentação científica e documentação popular é influenciado pela ideia segundo a qual aquela, ao assumir o discurso da neutralidade técnica, se diferenciaria da documentação popular como um meio de resistência política e de luta das classes populares, tendo no horizonte a mudança social. Nesse contexto, a documentação científica é concebida como meio ideológico (Rocha, 1994) que oculta relações sociais e exploração econômica, propagando uma falsa consciência que favorece a classe dominante (Chauí, 2001).

Essa análise dualista, no entanto, simplifica a documentação científica ao desconsiderar suas potencialidades. Paul Marie Gislain Otlet (1868-1944), advogado belga e considerado o “pai” da documentação científica, é uma figura de seu tempo cuja trajetória permite interpretações que destacam a dimensão política de suas ações, considerando o contexto histórico, o pensamento predominante em sua época e as redes de relacionamento que viabilizaram, em parte, seus projetos (Rayward, 1994, 1995, 2014).

A documentação científica originou-se do movimento bibliográfico no final da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (Woledge, 1983; Meyriat, 1993). Embora o movimento inicialmente estivesse alinhado com os pressupostos da comunicação científica, visando à produção e à circulação de conhecimentos, seu desdobramento como uma disciplina denominada “documentação” transcende uma política estritamente científica.

Em um esforço mobilizado por Paul Otlet e por Henry La Fontaine (1854-1943), a documentação teve, à primeira vista, o objetivo de organizar o conhecimento científico internacionalmente para permitir o acesso a ele. No entanto, ambos foram movidos pela convicção de que o acesso ao conhecimento organizado poderia contribuir para tornar o mundo um lugar melhor, permitindo difundir, por exemplo, uma cultura de paz (Rayward, 2014). A concepção histórica técnico-utilitarista da documentação científica tem obliterado essa amplitude das ideias originais.

Instigada pelo contexto da *Belle Époque*, a documentação se insere na efervescência cultural, filosófica, tecnológica e científica europeia da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O cenário foi palco para pensadores que almejavam o fim da carestia, das guerras e da ignorância (Rayward, 2014). No contexto da organização internacional dos registros do conhecimento e do pacifismo, os esforços bibliográficos no período coincidiram com um período de grande avanço científico na Europa. Esse período foi marcado pelo aumento das pesquisas, pela especialização do conhecimento, pela formação de redes institucionais e pela internacionalização da ciência (Rayward, 1994, 1995). As exposições universais europeias da época refletiam – de forma contraditória a uma pretensão universalista – aspirações nacionalistas e colonialistas, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população europeia (Rayward, 2014).

A documentação científica contou com a ampliação do conceito de documento como uma de suas estratégias político-epistêmicas, algo sistematizado por Otlet no livro *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, publicado em 1934. Essa ampliação foi fundamental para a posterior identificação de ao menos duas fases, ou momentos, da documentação: positivista e hermenêutica (R. Rabello, 2009).

A documentação científica foi influenciada pelo pensamento positivista (Rayward, 2014), o qual previa, dentre outros aspectos, uma sociedade organizada e comandada pelos doutos, prescindindo de instabilidades e conflitos sociais (Benoit, 1999). Essa fase originária (Otlet, 1934) foi orientada, em grande medida, pela ênfase na função informativa e supostamente neutra do suporte em relação ao conteúdo (Rayward, 1994). A segunda fase, com ênfase na indicialidade (representação) e interpretação dos objetos (Briet, 1951), traz outras nuances à concepção otletiana de documento (Meyriat, 1981; Buckland, 1997).

A documentação, concebida por Otlet, integraria o “corpo internacional” da Liga das Nações, criada em 1919, durante a Conferência de Paz de Paris, logo após a Primeira Guerra Mundial. Com o objetivo de intermediar e arbitrar conflitos, essa instituição foi inspiradora para a criação das Nações Unidas (ONU) em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial (Costa, 2014).

A documentação assumiria um papel crucial nas interações com instituições responsáveis por produzir, organizar, preservar e garantir o acesso ao conhecimento científico. O que Otlet inicialmente idealizou como um Centro Mundial em 1914 se transformou, em 1928, no projeto de criação do Mundaneum, destinado a reunir documentação como uma espécie de “enciclopédia do conhecimento” (Rieusset-Lemarie, 1997). Ainda prevalece a ideia de que a documentação esteve exclusivamente restrita às atividades técnicas e científicas sob o imperativo da neutralidade – em políticas de comunicação científica – para um público privilegiado, especializado (Rocha, 1994). No entanto, em contraste com essa perspectiva, existem outras formulações epistêmicas. Essas formulações encontram solo fértil na ampliação da noção de política de informação pela neodocumentação, que passou a ganhar força em meados da década de 1990.

Documentação popular

O cenário de ação dos “movimentos sociais ou populares” caracteriza-se pela ausência total ou parcial do Estado, como no caso da inexistência de políticas públicas, bem como no caso da insuficiência ou ineficácia destas para suprir determinada demanda de uma ou mais coletividades.

A instituição-rede popular, assim como em outras instituições-rede, geralmente é criada com a articulação de membros da comunidade em torno da defesa de determinado argumento/enunciado. Iniciativas, nesse contexto, marcam a criação de entidades em busca, por exemplo, de justiça social, como a reivindicação de direitos (como o acesso à informação, à cultura, à educação e à saúde), ou mesmo de demandas relacionadas ao setor produtivo (criação de cooperativas) ou financeiro (criação de bancos populares), dentre outras.

No âmbito dos espaços de coleta, produção e preservação de documentos voltados ao apoio de iniciativas desse gênero, os centros de documentação popular podem apresentar variações terminológicas, sendo por vezes denominados centro de documentação e informação popular, centro de informação popular, serviço de informação popular, dentre outros (Almeida Junior, 1993). Também podem ser nomeados como bibliotecas, museus ou arquivos comunitários ou populares.

Estabelecidos, sobretudo, nas periferias urbanas, esses centros funcionam como espaços de acolhimento comunitário, atendendo às demandas locais e preenchendo lacunas deixadas pelo setor público. Além disso, configuram-se como uma resposta da população aos mecanismos de poder das classes dominantes (Almeida Junior, 1997, 2015b). Esse é o cenário característico da produção e atuação em documentação popular. Acervos são criados ou expostos para compensar a ausência do Estado e desafiar propostas tradicionais e conservadoras (O. C. P. Rabello, 1987).

A documentação popular ganha impulso na América Latina durante um período de diálogo entre ideias marxistas e a atuação religiosa e política, especialmente relacionada à Igreja Católica. A denominada Teologia da Libertação contou com intelectuais latino-americanos – como é o caso do peruano Gustavo Gutiérrez-Merino Díaz (1928-2024), do brasileiro Leonardo Boff (1938-), do uruguaio Juan Luis Segundo (1925-1996), dentre outros.

A Teologia da Libertação foi influente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Essas ações focavam na superação da pobreza e na organização da sociedade civil para a busca e reivindicação de direitos (Almeida Junior, 2015b). Nesse contexto foram criadas, no início da década de 1980, iniciativas voltadas para a documentação popular. A atuação e a articulação do filósofo e educador Paulo Freire (1921-1997) com educadores populares das CEBs evidenciam a relevante relação entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares no âmbito dos movimentos sociais (Reis, Reis, & Rabello, 2024).

Outro exemplo foi o papel da Comisión Evangélica Latinoamericana de Educación Cristiana (Celadec), quando criticou a suposta neutralidade da documentação científica europeia, considerando-a um instrumento de alienação capitalista. Em contraste, destacou a documentação popular como uma ferramenta de educação e conscientização política, capaz de romper o monopólio da informação e facilitar a comunicação nas lutas populares (Comisión Evangélica Latinoamericana de Educación Cristiana, 1981).

No Brasil, o Centro Popular Vergueiro (CPV) ressaltou a importância da documentação popular como um instrumento de consciência e mobilização dos movimentos sociais (Centro Popular Vergueiro, 1982). O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) reconheceu a necessidade de aplicar técnicas mais sofisticadas da documentação científica, mas alertou que, no contexto capitalista, essa produção de conhecimento estava sendo utilizada como meio de manipulação (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1984).

Institucionalidades e documentação popular

Em instituições **semiformais**, como centros de documentação popular, pesquisas no âmbito das ciências da informação e da documentação (Lima, 1986; Carvalho, 1999; Camoleze et al., 2019) enfatizam a possibilidade de integrar profissionais da informação para lidar com os documentos produzidos e/ou mantidos pela comunidade. Tal ênfase talvez se deva a uma reação à característica, conforme observado outrora, segundo a qual o conceito de institucionalidade semiformal permite, além de profissionais, a participação de voluntários, sem formação específica. Há, com efeito, uma defesa da atuação profissional nesses espaços.

Os estudos sugerem, embora não abordem nos mesmos termos do entendimento proposto de semiformalidade (R. Rabello, 2024), que a eficiência e a eficácia dos serviços em centros de documentação popular seguem abordagens semelhantes às dos ambientes formais, influenciadas por conhecimentos da biblioteconomia (Carvalho, 1999), da museologia (Chagas & Gouveia, 2014) e da arquivologia (Camoleze et al., 2019). No entanto, embora esses conhecimentos possam contribuir para os centros de documentação popular, eles também podem limitar a criatividade ao reproduzirem práticas e comportamentos acadêmicos consolidados (R. Rabello, 2024).

Instituições **informais**, comunitárias ou populares – noutra variedade, portanto, dos centros de documentação popular –, promovem a autonomia e a participação das comunidades em sua própria gestão, operando sem a necessidade de profissionais formalmente treinados, como bibliotecários ou documentalistas (Rocha, 1994). Mantidos por ações voluntárias ou programas de extensão universitária (O. C. P. Rabello, 1987), esses centros são formados e administrados pelos próprios membros da comunidade, que decidem coletivamente sobre a participação de profissionais ou voluntários externos e a gestão de materiais de interesse (R. Rabello, 2024). Quando presentes, indivíduos externos à comunidade participam apenas mediante acolhimento e consentimento da própria comunidade.

A ausência de intervenção profissional em espaços **informais** dedicados à memória e à documentação popular não exclui a possibilidade de que esses espaços se constituam como ambientes prolíficos de inovações, especialmente por não adotarem, por exemplo, as técnicas consolidadas da documentação científica. As instituições informais, criadas pela comunidade, desenvolvem uma dinâmica própria. Centros de documentação popular, surgidos de movimentos sociais, oferecem uma alternativa para preservar a memória e apoiar a continuidade das reivindicações, com um protagonismo característico.

As instituições populares **informais** não estão sujeitas a normas, códigos de ética profissionais ou restrições de mercado impostas por conselhos de classe, nem dependem da universidade para orientação ou validação. No entanto, essas instituições devem respeitar os ordenamentos constitucionais. Caracterizam-se por uma ação motivada por valores compartilhados pela comunidade, evocando, a partir da materialidade de enunciados comuns, uma coesão fundamentada no reconhecimento coletivo de pertencimento e identidade, e/ou mobilizando reivindicações por direitos (R. Rabello, 2024).

Em ambientes de institucionalidade **informal** e **semiformal**, as ações comunitárias têm potencial para criar espaços memorialísticos e centros de documentação popular ao coletarem, armazenarem e tornarem acessíveis objetos e documentos de interesse da comunidade ou por ela produzidos (R. Rabello, 2024). Nesse contexto, a documentação popular adquire relevância estratégica para provocar ou reivindicar a formulação e a implementação de políticas públicas ligadas, por exemplo, à informação, à cultura e à memória.

A biblioteca popular – mas também o arquivo e o museu com tais características – “geralmente está ligada a movimentos associativos ou comunitários que conscientizam os grupos, com os quais trabalham para os direitos e necessidade dos cidadãos” (O. C. P. Rabello, 1987, p. 33). Nessa direção, os centros de documentação popular também são alternativas aos equipamentos e dispositivos informacionais e culturais tradicionais.

Em uma comparação com a documentação tradicional, enquanto esta se posiciona como “científica, apolítica e neutra, na documentação popular, o posicionamento político aparece claramente a favor das classes populares, considerando a documentação como um instrumento para a mudança social” (Rocha, 1994, p. 12). Essa distinção explícita a dimensão política presente na documentação popular. No entanto, conforme observado, interpretações dessa natureza tendem a negligenciar certos aspectos originários ou desdobramentos da documentação científica.

Tríade da documentação: memória, conhecimento e protagonismo

Originalmente, a proposição da documentação científica não era um fim em si mesma, mas um meio para alcançar êxito em um projeto político. Esse empreendimento consistiu, inicialmente, em promover o protagonismo bibliográfico internacional e, posteriormente, em mobilizar esforços para a promoção de uma cultura de paz. Em todo caso, previa-se um papel estratégico para a **memória** dos registros de **conhecimento**, de modo a permitir o **protagonismo** de e em comunidades científicas no contexto internacional.

Assim como na documentação científica, o que caracteriza um centro de documentação no contexto popular é a relação entre memória, conhecimento e protagonismo, configurando o que se pode denominar “**tríade epistêmico-prática**” da documentação. Nesse sentido, a comunidade busca, por meio da **memória**, subsídios para a leitura, o aprendizado e a ação, visando à obtenção e à apropriação de **conhecimentos** que possibilitem o **protagonismo** de seus próprios atores.

Tanto a documentação científica quanto a popular são meios de ação política, utilizando técnicas e/ou estratégias documentais para atingir seus objetivos. A ampliação da noção de política de informação, defendida por Frohmann (1995), levou-o a conceber a documentação em direção ao que preferiu denominar “nova” documentação ou “neodocumentação”.

A leitura de Bernd Frohmann encontrou fundamento, dentre outros conceitos, nos de regimes de verdade e de materialidade, de Michel Foucault (1926-1984), de agenciamentos, de Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Gattari

(1930-1992), e da teoria ator-rede, de Michel Callon, Bruno Latour (1947-2022), dentre outros (González de Gómez, 2012; Rabello, 2022a).

A “neodocumentação” emergiu na década de 1990 no âmbito das ciências da informação e da documentação. Para além de Frohmann, outros autores, como Boyd Rayward, Michael Buckland, Niels Lund, Ronald Day, estabeleceram um interesse de resgate crítico sobre as proposições originais e os desdobramentos da documentação otletiana (Ortega & Saldanha, 2017).

Documentação (científica ou popular), nesse contexto, significa documentar, para além do universo governamental, em ações de informação no âmbito de redes híbridas ou regimes de informação. Engloba modos institucionais formais, informais e semiformais, assim como os efeitos da materialidade da informação (R. Rabello, 2024). Dito de outro modo, a “neodocumentação” caracteriza-se mais pela resignificação foucaultiana “do documentar do que pela substituição da informação pelo documento.” (González de Gómez, 2012, p. 51).

Por meio da hibrididade de atores, a materialidade dos enunciados permite e auxilia a análise dos efeitos epistêmicos e políticos da informação. Enquanto as dimensões epistêmicas e políticas estão relacionadas à permanência, à força e à ação de documentar na sociedade, as implicações éticas se referem à reflexividade dos efeitos da informação nas coletividades.

Ao se pensar em permanência, remete-se imediatamente à dimensão da **memória**, que precisa ser mantida e preservada documentalmente para ser acessada e recuperada. Refletir sobre o **conhecimento** permite compreender a força epistêmica da documentação, que se converte em ação política, provocando ou orientando a formação de instituições-redes, bem como diferenciando práticas que emergem em, e a partir de, tal formação. Por fim, o **protagonismo** pressupõe que as intervenções intencionais – práticas – realizadas em, com e nas comunidades são, nalguma medida, operacionalizadas, moldadas e/ou orientadas pela documentação.

Um dos elementos que se destacam nas abordagens propostas pela neodocumentação, enquanto prática documental, é a ênfase no protagonismo humano e na agência de artefatos híbridos, como tecnologias e documentos (Frohmann, 2007). De todo modo, tanto a memória – concebida como um conjunto de fórmulas sistematizadas para a permanência – quanto o conhecimento – entendido como objetos e ações simbólicas – integram a composição das atividades institucionais (Berger & Luckmann, 1995).

À luz dos modos de institucionalidade e da materialidade da informação, bem como da “triade epistêmico-prática” que orienta a documentação, é possível distinguir a documentação científica (formal) da documentação popular (informal ou semiformal) com base em aspectos teóricos e conceituais, com o objetivo de explicitar suas características e contextos de atuação. É importante determinar quais documentos são apropriados para cada perspectiva e identificar quem se beneficia do conhecimento contido neles. Essas questões foram amplamente discutidas na literatura sobre documentação científica, e agora cabe refletir sobre quem a produz, para quem, quais fontes são utilizadas e quais possíveis abordagens se relacionam à documentação popular.

QUEM PRODUZ, PARA QUEM, QUAIS FONTES E ABORDAGENS

Fontes: entre a memória e o protagonismo

Quais são as fontes de interesse à documentação popular? Quando em cotejo com a documentação científica, há entendimentos de que enquanto esta “é mais abrangente e, em princípio, tem como protagonista da tarefa documental todos os campos da atividade humana”, a documentação popular tem como personagem principal “as forças sociais que compõem o movimento popular e como fato central, a ser documentado, as contradições sociais.” (Rocha, 1994, p. 12).

Em termos documentais, é válido afirmar que a diversidade e a amplitude das fontes trabalhadas na documentação científica também se aplicam à documentação popular. No início do século XX, tanto na documentação científica quanto na historiografia francesa, todo objeto passou a ser considerado passível de ser um documento (R. Rabello, 2009).

Para o historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014), todo documento é também um monumento, constituindo-se, nessas condições, em um objeto político (Le Goff, 2013). A partir dessa premissa, é possível observar que o documento é um meio de “legitimação de discursos **sobre** a realidade” (R. Rabello & Rodrigues, 2019, p. 19, grifo dos autores) .

Na documentação popular, a dimensão política do documento-monumento – no âmbito dos movimentos sociais, sobretudo em contextos informais – tende a ser trabalhada de modo não articulado teoricamente, diferentemente de como ocorre com a documentação científica e com a historiografia. Nesse cenário, a articulação entre memória, conhecimento e protagonismo é um elemento definidor.

Uma biblioteca popular que se limita a reunir livros ou outros materiais para atender às necessidades informacionais da comunidade continuará sendo uma biblioteca. Um museu popular que reúne objetos para serem expostos com vistas à fruição da comunidade continuará sendo um museu. No entanto, ambos – biblioteca e museu populares

– também podem ser considerados centros de documentação popular se buscarem preservar a **memória** da comunidade, por meio de relatos orais, imagens de moradores, fotografias e registros audiovisuais de acontecimentos locais, entre outros. Além disso, ambos se caracterizam como centros de documentação popular quando subsidiam a mediação da informação e da cultura – a leitura, a apropriação e o uso crítico da informação (Almeida Junior, 2015a) – junto à comunidade, promovendo ou permitindo o **conhecimento** e o **protagonismo** de seus membros, por exemplo, na luta por direitos.

Destinatários: entre os usuários e os não-usuários

A quem se destina a documentação popular? Comparada à documentação científica, há entendimentos de que esta última sempre teve como destinatários uma elite de intelectuais, cientistas e eruditos, ou seja, “todos os segmentos das forças sociais que compõem a classe dominante”, enquanto a documentação popular “é destinada àquelas forças sociais que compõem o movimento popular, incluindo os ignorantes e os explorados” (Rocha, 1994, p. 12).

No entanto, há nuances sobre os destinatários da documentação científica que nem sempre são consideradas. Se membros da elite exercem profissões com o propósito de servir ao bem público, o conhecimento científico pode influenciar e/ou alcançar, ainda que indiretamente, camadas da população desfavorecidas cultural, educacional e economicamente. Outras características relativas aos destinatários da documentação científica merecem destaque, sendo relevantes para a reflexão sobre a documentação popular.

Para tanto, é pertinente a análise de um conceito trabalhado nas ciências da informação e da documentação: o **usuário de informação**. Essas ciências tendem a focar tanto nos usuários de informação reais quanto nos potenciais, buscando, para ambos, atender às suas necessidades informacionais. O público real, composto por usuários efetivos, é aquele que utiliza de fato o sistema, seus produtos e serviços de informação. Já o público potencial é aquele que possui capacidade para tal uso, mas precisa ser alcançado ou estimulado pelo profissional da informação para acessar e utilizar os conteúdos oferecidos institucionalmente, suprindo, assim, suas necessidades (R. Rabello & Almeida Junior, 2020).

À luz desse construto, é possível destacar algumas limitações epistêmicas que podem influenciar a atuação de pesquisadores e profissionais. Dentre elas, destacam-se: a ênfase excessiva no funcionamento de **sistemas de informação formais** (como bibliotecas, museus, arquivos, bases de dados, *websites* institucionais, etc.); o foco exclusivo no **uso** da informação, em detrimento da consideração de processos como a **leitura** e a **apropriação** da informação para a produção do conhecimento; a **idealização dos usuários** com atributos “socialmente aceitos”, o que pode gerar preconceitos e silenciar sujeitos cujas condições de existência não se enquadram nesses padrões; e a presunção de **destinatários passivos**, definidos mais pela recepção de conteúdo do que por sua ação comunicativa, reflexiva e histórica (R. Rabello & Almeida Junior, 2020).

As limitações epistêmicas do conceito de usuário de informação, especialmente a negligência em relação aos sujeitos e suas potencialidades, são pertinentes para uma reflexão sobre os destinatários dos centros de documentação popular, conduzindo à distinção estratégica entre usuários e não-usuários de informação, além de diferenciar destinatários da informação dos protagonistas sociais.

O conceito de **usuário de informação** pode ser analisado sob a ótica dos privilégios de classe, em que o “perfil ideal” reflete atributos das classes média e alta. A partir dessa visão, a perspectiva tradicional de intermediação da informação objetiva transformar o usuário potencial em real (Rabello & Almeida Junior, 2020; Rabello, 2023), baseando-se em atributos das classes privilegiadas à luz, dentre outros, dos capitais econômico e cultural. O capital econômico está relacionado ao acúmulo de bens materiais, enquanto o capital cultural inclui valores, comportamentos, diplomas e objetos culturais. Ambos – capital econômico e cultural – podem se transformar em capital simbólico ou distinção social (Bourdieu, 1989).

A perspectiva tradicional da intermediação da informação assume que apenas sujeitos com requisitos das classes privilegiadas têm prerrogativas no campo informacional e são estudados como usuários (R. Rabello & Almeida Junior, 2020). Aqueles que não possuem certos atributos pré-definidos são frequentemente negligenciados. Esses sujeitos são invisibilizados. Diante dessa situação, as limitações do conceito de usuário de informação abrem caminho para se estudar o não-público (Jeanson, 1973) e os não-usuários de informação (Rabello & Almeida Junior, 2020; Rabello, 2023).

O **não-público** pode representar uma condição coletiva, mas sem se restringir a condições de classe social. Isso porque instituições de informação podem excluir ou silenciar sujeitos por preconceitos ou por uma política que não atenda à diversidade de membros da comunidade, transformando **usuários** em **não-usuários**. Esse é o caso quando se identificam barreiras institucionais relacionadas à acessibilidade, abrangendo dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal (Sasaki, 2016), sendo esta última exemplificada por atitudes discriminatórias, como racismo, homofobia, misoginia, etarismo, entre outras (R. Rabello, 2023).

A transição de **não-público** para **público** pode ser concebida como uma mudança social e atitudinal (Jeanson,

1973; Flusser, 1980). Paulo Freire propõe o uso de palavras geradoras para mobilizar grupos e promover transformação social por meio de uma “ação cultural para a liberdade”. Nessa perspectiva, a técnica é usada para superar a visão mecanicista da palavra alienada, fomentando uma compreensão que permite nomear o mundo e estimular a ação crítica. A práxis é construída em diálogo, respeitando a visão de mundo e a cultura dos sujeitos, sem prejudicar uma cultura como superior à outra, impedindo assim a subjugação (Freire, 1979).

Abordagens: entre os destinatários e os protagonistas

Na reflexão sobre os destinatários de interesse à documentação popular, destacam-se, complementarmente, ao menos duas abordagens nas ciências da informação e da documentação: de enquadramento e de diálogo (Rabello, 2023, 2024).

Não é prudente conceber ambas as abordagens – de enquadramento e de diálogo – como tipos autônomos ou excludentes, em uma relação dicotômica. A diferenciação funciona como um recurso heurístico para delinear direcionamentos e/ou conjunturas de ação, ciente de que há atravessamentos e “zonas de fronteira” nas práticas de uma mesma composição institucional, seja no contexto formal dos centros de documentação científica, seja nos contextos informal ou semiformal dos centros de documentação popular.

A abordagem de **enquadramento** pode ser observada conforme a análise de Pierre Bourdieu (1930-2022) – que descreve a internalização de uma cultura “socialmente aceita” e a demarcação social por meio do acúmulo de capitais –, e a crítica de Paulo Freire à “armazenagem” de conteúdos, no que denominou de educação “bancária” – que promove a assimilação acrítica de ideias de uma classe/cultura dominante. Essa abordagem, ao enquadrar os sujeitos, impõe uma realidade pré-formatada e um padrão de comportamento baseado em “estamentos”, com práticas sendo aceitas ou rejeitadas de acordo com a conformidade às intenções e normas estabelecidas. O enquadramento orienta a intermediação tradicional da informação **para um usuário “ideal” como destinatário**. A adesão dos sujeitos às práticas e aos conteúdos propostos ou impostos, mediante ações de formação de competências informacionais e de alfabetização informacional, facilita ou permite a intermediação da informação para o uso dos recursos oferecidos.

Em contraste, a abordagem de **diálogo (ou dialógica)** propõe que a ação cultural e a mediação da informação sejam realizadas **com** os membros da comunidade, e não apenas **para** eles, promovendo uma interação que respeita e valoriza a cultura, também, dos não-usuários de informação, por exemplo, em situação de **vulnerabilidade social**, conforme observado em Jeanson e Freire (Flusser, 1980; Rabello, 2023). Nessa perspectiva, tanto o público quanto o não-público, com seus respectivos usuários e não-usuários de informação, são concebidos como possíveis protagonistas na criação de meios de contestação e participação. As instituições resultam desse enredamento em **mediações em presença** (R. Rabello, 2022b), com o reconhecimento e a valorização de sua cultura, voz e autoria, bem como atentas às implicações ético-políticas quando no caso do não reconhecimento e da valorização. Em síntese, o diálogo se orienta por mediações emergentes realizadas com usuários e não-usuários, concebidos como **protagonistas**.

A abordagem de **enquadramento** tende a ser aplicada em espaços institucionais formais, tanto no âmbito educacional, como escolas e universidades, quanto no cultural e informacional, como centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos, em sua diversidade tipológica. Ao enquadrar, busca-se promover uma cultura “socialmente aceita”, alinhada a ideias iluministas que visam esclarecer aqueles considerados afetados pela ignorância, iluminando-os com a “luz” da razão. A documentação proposta por Otlet, conforme observado anteriormente, segue essa linha de pensamento.

Os centros de documentação popular, sobretudo os **semiformais**, podem adotar a abordagem do diálogo e/ou do enquadramento; neste último caso, como é possível observar em tradições marxistas ou variações teóricas, como no que se observa com a teoria crítica, segundo as quais se busca orientar racionalmente a população para sua organização e emancipação. Quando analisado sob a ótica de uma esquerda moderada ou social-democrata, tal enquadramento tende a se pautar pela promoção de uma cultura democrática e pelas reivindicações por direitos sociais e civis. Por outro lado, em sua vertente radical, de orientação comunista, pode assumir um caráter revolucionário, voltado à reconfiguração estrutural das relações de poder.

Os centros de documentação popular **informais**, assim como os semiformais, surgem dentro das comunidades e a partir de movimentos sociais, desenvolvendo-se organicamente com os membros locais para abordar questões comuns. São orientados por enunciados com materialidade que funcionam como um “amálgama” de redes, de identidades e de interesses compartilhados. Apesar de também poder existir enquadramento, as institucionalidades informais têm como um diferencial sua potencialidade de promover uma abordagem dialógica em que o protagonismo comunitário é central. Membros externos podem ser aceitos pela comunidade, desde que adotem uma postura que respeite a cultura local, sem impor sua visão. O público desses espaços se forma ao reconhecer que as propostas emergem da própria comunidade e são produzidas por ela.

DOCUMENTAÇÃO POPULAR: À GUIA DE UM CONCEITO

O percurso até aqui envolveu um esforço de distinguir a documentação científica da popular, com base em suas respectivas institucionalidades e nas formas como se relacionam com a informação. Como desdobramento, esta etapa da discussão volta-se à proposição de um **conceito de documentação popular**, ancorado na reflexão sobre os atores e as estratégias envolvidas.

A investigação das motivações para a criação e atuação na e com a documentação popular é relevante não apenas para as ciências da informação e da documentação, mas também para áreas voltadas à relação entre informação e movimentos sociais. O estudo das dimensões epistêmicas, políticas e éticas da materialidade da informação desempenha um papel estratégico para a compreensão da formação de instituições e redes de documentação e dos efeitos sociais da informação, tanto no âmbito científico quanto no popular. As institucionalidades da documentação popular se diferenciam daquela própria da documentação científica, centrada em contextos formais. Além disso, as fontes, os destinatários, os protagonistas e as abordagens que interessam à documentação popular também se caracterizam pela e a partir da articulação entre memória, conhecimento e protagonismo. Com base nesse repertório, é possível, a esta altura da análise, delinear o seguinte conceito:

A **documentação popular** é constituída no âmbito de movimentos sociais, em contextos institucionais informais e semiformais. Ela é orientada por enunciados cuja materialidade produz e é produzida por instituições e redes, mobilizando atores e buscando formas solidárias e/ou persuasivas de reivindicações. Caracteriza-se pelas práticas documentárias de preservação e resgate da memória, de promoção do conhecimento para a ação e o fortalecimento do protagonismo social. Em seus espaços institucionais, atuam profissionais e voluntários, com ou sem formação técnica, sendo a ausência dessa formação mais comum no contexto informal. Pode trabalhar com uma diversidade de fontes, desde que componham, teleologicamente, a tríade memória, conhecimento e protagonismo. Pode operar numa dimensão tradicional de intermediação de mensagens, focada no acesso e uso, e/ou numa dimensão emergente de mediação, com ênfase na leitura, na apropriação e no uso crítico da informação. Ademais, pode se orientar por, pelo menos, duas abordagens (passíveis de combinações em certas situações): enquadramento, na qual se impõem concepções predefinidas, moldando os destinatários ou usuários da informação (reais ou potenciais) para que se adequem às normas e aos recursos oferecidos; e dialógica, que promove a mediação informacional e cultural em presença, junto à comunidade, valorizando a voz, a autoria e o protagonismo dos usuários e dos não-usuários. O protagonismo almejado pressupõe um compromisso ético, com um direcionamento reflexivo em relação às consequências das práticas documentárias, tanto por parte de quem as promove ou executa, quanto por aqueles que são afetados por tais práticas.

A realização de investigações teóricas e/ou aplicadas sobre a criação e a atuação **de, com e em** centros de documentação popular – neste último caso, especialmente por meio de estudos de caso – é relevante tanto para cotejá-las com o conceito proposto quanto para ampliá-lo ou modificá-lo. No entanto, pesquisas dessa natureza podem enfrentar desafios.

A articulação da “tríade” – memória, conhecimento e protagonismo – no contexto acadêmico e/ou em movimentos sociais e populares constitui uma chave estratégica para explicitar o espaço da política compartilhado pela documentação. Em relação a essa chave, os desafios impostos à documentação popular se intensificam diante da atuação de movimentos sociais de viés antidemocrático, autoritário, anticientífico, como é o caso daqueles que rejeitam a ciência com base, por exemplo, em dogmas, bem como daqueles que não assumem o compromisso ético como princípio fundamental.

Esse compromisso está presente em ideais iluministas, fundamentados na crença de seu potencial emancipador. Curiosamente, a suposta ausência desse compromisso ético, embora possa modificar parte da lógica subjacente ao conceito de documentação popular apresentado, tende a não inviabilizar completamente, mesmo quando orientado por uma teleologia com fins não necessariamente democráticos.

A partir dessa hipótese – que incide sobre o conceito de documentação popular proposto e suas limitações –, foi possível delinear heurísticas voltadas à problematização e à distinção de manifestações documentais oriundas de movimentos sociais de diferentes orientações, sejam eles democráticos ou antidemocráticos.

MATRIZES HEURÍSTICAS

A partir da proposição do conceito de documentação popular, realizou-se a decupagem do construto com o intuito de possibilitar a apreciação de situações por meio de indicadores qualitativos. Tais indicadores funcionam como matrizes heurísticas, permitindo a análise das características e dos efeitos das práticas documentárias. O instrumento proposto busca indagar, de forma mais substantiva que meramente operacional, se a entidade:

- i Opera em contextos institucionais informais e semiformais;
- ii Constitui instituições e redes orientadas por enunciados com materialidade;

- iii Mobiliza atores, buscando formas solidárias e/ou persuasivas de reivindicação;
- iv Realiza práticas documentárias voltadas para a memória, para o conhecimento e para o protagonismo;
- v Envolve, em seus espaços institucionais, tanto profissionais quanto voluntários, com ou sem formação técnica;
- vi Trabalha com uma diversidade de fontes;
- vii Atua na intermediação de mensagens e na mediação da informação e da cultura;
- viii Adota abordagens de enquadramento e de diálogo;
- ix Abrange, como universo de interesse, usuários e não-usuários de informação;
- x Pressupõe a responsabilidade ética e o posicionamento reflexivo de quem produz, executa e é afetado pelas práticas documentárias.

Embora a decupagem do conceito – apresentada por meio de matrizes heurísticas – seja útil para identificar se museus, bibliotecas, arquivos populares ou comunitários (ou outras denominações atribuídas pela própria comunidade às entidades informacionais que cria e/ou mantém) podem ser compreendidos, de forma complementar, como centros de documentação popular, sua função heurística não se limita a esse propósito.

Em termos lógicos, um exercício interessante consiste em distinguir o que, no conceito proposto de documentação popular, pode ser mantido e o que perde sentido diante de uma diferenciação de valores. Os argumentos estarão precedidos por colchetes com numeração romana, indicativa das heurísticas. Aqueles que se afastam do conceito serão destacados em negrito.

Por exemplo, quando um movimento social **prescinde de [x] compromisso ético** e/ou se orienta por um protagonismo fundamentado em **modos antidemocráticos de ação**, um conjunto de questionamentos – ancorados no conceito de documentação popular – pode contribuir para identificar o que pode ser preservado e o que, do ponto de vista emancipatório, perde parcial ou totalmente o sentido em relação ao construto proposto.

Com tais matrizes heurísticas, o objetivo seria, então, verificar hipóteses segundo as quais os **movimentos sociais antidemocráticos** tendem a: **[i]** operar em contextos institucionais informais e semiformais; **[ii]** constituir instituições e redes, embora também possam se orientar por um ou mais enunciados “com materialidade”, ainda que sejam mobilizadas, no caso, pela “**materialidade da misinformação e da desinformação**”.

Com isso, movimentos sociais antidemocráticos também **[iii]** mobilizam atores envolvidos na **[iv]** realização de práticas documentárias, produzindo, a partir de uma memória construída e preservada, conhecimento ou **conteúdo de caráter agnotológico** – ou seja, centrado na **ignorância** –, empregando-o de forma supostamente estratégica ou calculada.

Se, por um lado, é possível afirmar que a documentação popular oriunda de movimentos sociais democráticos tende a se orientar pela tríade **[iv]** memória, conhecimento e protagonismo, por outro, surge a questão de saber se a documentação popular advinda de movimentos sociais antidemocráticos incorpora, de forma articulada e intencional, a ausência de compromisso ético, além do uso da desinformação em suas ações, substituindo, em alguns casos, o conhecimento pela ignorância nessa tríade. Caso essa hipótese se confirme, o centro de documentação popular antidemocrático pode adotar, como estratégia para sua constituição e atuação, a tríade **memória, ignorância e protagonismo**.

A ignorância explorada na documentação popular oriunda de movimentos sociais antidemocráticos pode se apoiar em estratégias de “**revisão mnemônico**” e histórico, com o objetivo de permitir, incentivar e modular o engajamento e o “protagonismo” em redes analógicas e/ou digitais. Esses movimentos buscam influenciar a percepção e o comportamento dos indivíduos ao manipular narrativas históricas e memórias coletivas, reforçando dogmas ou ideologias.

Além disso, esses espaços institucionais **[v]** envolvem tanto profissionais quanto voluntários, que atuam com uma **[vi]** diversidade de fontes, mas, em determinados contextos, com ênfase na **[vii]** “intermediação de mensagens” por meio de uma **[viii]** “abordagem de enquadramento”. Eles tendem a focar ou a ter no horizonte os destinatários ou **[ix]** usuários de informação reais ou potenciais. Tal dinâmica é facilmente identificável quando se parte do pressuposto de que o movimento social, conjunturalmente ou assumidamente antidemocrático e autoritário, busca intermediar mensagens para enquadrar o destinatário segundo os dogmas compartilhados, utilizando mecanismos de persuasão.

Para finalizar, é relevante observar que as características da documentação popular orientada por movimentos sociais democráticos ou antidemocráticos, a partir do instrumento proposto, poderão assumir configurações além das aqui apresentadas. A complexidade da realidade exige que instrumentos dessa natureza desempenhem uma função mais próxima de uma **ferramenta heurística**, em sua capacidade de provocar a reflexão, do que de um modelo ou instrumento de coleta de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor um conceito de documentação popular, buscou-se oferecer subsídios para o reconhecimento de práticas informacionais como formas legítimas de produção e reprodução de saberes populares comprometidos com a transformação social. Nesse sentido, tanto o conceito quanto a matriz heurística apresentados visam contribuir para o debate teórico e prático das ciências da informação e da documentação e de outras áreas com interesse no tema, especialmente no que diz respeito à valorização de memórias e saberes oriundos de experiências sociais historicamente marginalizadas.

Assim, a documentação popular é abordada como uma práxis de direitos, articulando, dentre outras, teoria crítica e prática social. Ao explorar o acesso à documentação e às abordagens de intermediação de mensagens e de mediação da informação e da cultura como estratégias de cidadania – efetivamente – protagonista, propôs-se um olhar que transcende o viés técnico ou exclusivamente acadêmico. Tal perspectiva incorpora sujeitos e práticas documentárias que produzem, circulam e preservam saberes independentemente da chancela institucional formal, dos conselhos profissionais ou de outros mecanismos de validação.

Esse cenário se manifesta, sobretudo, nos centros de documentação popular de caráter informal. Em contextos de vulnerabilidade social e de luta por direitos, por exemplo, é comum que pessoas colem, produzam e armazenem documentos da comunidade sem solicitar autorização ou aguardar reconhecimento formal. Em alguns casos, a memória documental é preservada tendo como sede a casa de algum membro da comunidade. Nessas situações, o distanciamento em relação às instâncias de controle institucional configura-se também como uma forma de resistência e de luta política. Diante disso, a proposta conceitual sugere alternativas teóricas que podem possibilitar, dentre outros aspectos, fundamentar políticas públicas inclusivas e fortalecer iniciativas informacionais de base comunitária e popular.

Além disso, buscou-se refletir sobre as relações entre saberes populares e conhecimento científico, especialmente em contextos marcados por instabilidade, fragilidade institucional ou ausência de práticas democráticas. Alinhada a esse panorama, a proposta apresentou heurísticas voltadas à compreensão das práticas documentárias vinculadas a diferentes movimentos sociais – incluindo aqueles de caráter autoritário e antidemocrático, como os alinhados a ideologias de extrema-direita e, por vezes, inseridos em contextos institucionais formais (Paulo & Rabello, 2024).

REFERÊNCIAS

- Abers, R., & Von Bulow, M. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, 13(28), 52–84. doi: 10.1590/S1517-45222011000300004
- Almeida Junior, O. F. (1993). Bibliotecas públicas e alternativas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 26(1-2), 115–127. Recuperado de <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000866735.pdf>
- Almeida Junior, O. F. (1997). *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Eduel.
- Almeida Junior, O. F. (2015a). Mediação da informação: um conceito atualizado. In S. Bortolin, R. J. Silva, & J. A. Santos Neto (Eds.), *Mediação oral da informação e da leitura*. ABECIN.
- Almeida Junior, O. F. (2015b). Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na ciência da informação. *Divers@: Revista Eletrônica Interdisciplinar*, 8(2), 132–144. doi: 10.5380/diver.v8i2.45052
- Amorim, A. K. A., & Rabello, R. (2023). A materialidade da informação em Bernd Frohmann. *Ibersid*, 17(1), 103–113. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/373043591_A_materialidade_da_informacao_em_Bernd_Frohmann
- Atton, C. (2006). Far-right media on the internet: culture, discourse and power. *New Media & Society*, 8(4), 573–587. doi: 10.1177/1461444806065653
- Benoit, L. O. (1999). *Sociologia comteana: gênese e devir*. Discurso Editorial.
- Berger, P. I., & Luckmann, T. (1995). *A construção social da realidade* (12a. ed.). Vozes.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. DIFEL.
- Bourdieu, P. (1996). Espírito do estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Papirus.
- Briet, S. (1951). *Qu'est-ce que la documentation?* Éditions Documentaires Industrielles et Techniques.
- Buckland, M. K. (1997). What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, 48, 804–809. doi: 10.1002/(SICI)1097-4571(199709)48:9<804::AID-ASI5>3.0.CO;2-V
- Camoleze, J., Cavalcante, L. E., & Troitinho Rodriguez, S. M. (2019). Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. *Conexão: Comunicação e Cultura*, 18(36), 181–190. doi: 10.18226/21782687.v19.n36.10
- Carvalho, L. M. (1999). O bibliotecário e a diversidade do mercado da documentação popular: Cpdcs. *Informação & Sociedade: Estudos*, 9(2), 439–454.
- Centro Ecumênico de Documentação e Informação. (1984). *Memória. CEDI*, 1(7).
- Centro Popular Vergueiro. (1982). *Definição e conteúdo da documentação popular*. CPV.
- Chagas, M., & Gouveia, I. (2014). Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, 27(41). Recuperado de <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>
- Chauí, M. (2001). *O que é ideologia* (2a. ed.). Brasiliense.
- Comisión Evangélica Latinoamericana de Educación Cristiana. (1981). *Definição e conteúdo da documentação popular*. CPV.
- Costa, R. S. (2014). As organizações internacionais na história das relações internacionais: entre a governança global e as estratégias dos estados nacionais. *Esboços: Histórias em Contextos Globais*, 21(32), 182–203. doi: 10.5007/2175-7976.2014v21n32p182
- Douglas, K. M., Uscinski, J. E., Sutton, R. M., Cichocka, A., Nefes, T., Ang, C. S., & Deravi, F. (2019). Understanding conspiracy theories. *Political Psychology*, 40(1), 3–35. doi: 10.1111/pops.12568
- Durkheim, É. (2007). *As regras do método sociológico* (3a. ed.). Martins Fontes.
- Fallis, D. (2009). A conceptual analysis of disinformation. In *Proceedings of the conference*. Recuperado de <http://hdl.handle.net/2142/15205>
- Fallis, D. (2014). The varieties of disinformation. In *Synthese library* (v. 358, p. 135–161). doi: 10.1007/978-3-319-07121-3_8
- Floridi, L. (2005). Is semantic information meaningful data? *Philosophy and Phenomenological Research*, 70(2). Recuperado de <https://philsci-archive.pitt.edu/2536/1/iimd.pdf>
- Flusser, V. (1980). Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 9(2), 131–138.
- Freire, P. (1979). *Ação cultural para a liberdade* (4a. ed.). Paz e Terra.
- Froehlich, T. (2017). A not-so-brief account of current information ethics: the ethics of ignorance, missing information, misinformation, disinformation and other forms of deception or incompetence. *BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació*(39). Recuperado de <https://bid.ub.edu/en/39/froehlich.htm>
- Frohmann, B. (1992). The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. *Journal of Documentation*, 48(4), 365–386. doi: 10.1108/eb026904
- Frohmann, B. (1995). Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In *Proceedings of the 23th annual conference of the canadian association for information science (cais/acsi)*. Edmonton: CASI.
- Frohmann, B. (2007). Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. In R. Sklare, N. W. Lund, & A. Varheim (Eds.), *A document (re)turn: contributions from a research field in transition*. Peter Lang.
- Frohmann, B. (2008a). O caráter social, material e público da informação. In M. Fujita, R. Marteleto, & M. Lara (Eds.), *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. Cultura Acadêmica; Fundepe.
- Frohmann, B. (2008b). Documentary ethics, ontology, and politics. *Archival Science*, 8, 165. doi: 10.1007/s10502-008-9073-y
- Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. § *Parágrafo*, 6(1), 95–121. Recuperado de https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/pt_BR/article/view/722
- Gohn, M. G. (2019). *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Vozes.
- González de Gómez, M. N. (2012). Regime de informação:

- construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, 22(3), 43–60. Recuperado de <https://brapci.inf.br/v/323110>
- González de Gómez, M. N., & Rabello, R. (2017). *Informação: agentes e intermediação*. Ibict. Recuperado de <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1068>
- Jeanson, F. (1973). *L'action culturelle dans la cité*. Éditions du Seuil.
- Krouwel, A., Kutiyski, Y., Van-Prooijen, J.-W., Martinsson, J., & Markstedt, E. (2017). Does extreme political ideology predict conspiracy beliefs, economic evaluations and political trust? evidence from sweden. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 435–462. doi: 10.5964/jssp.v5i2.745
- Le Goff, J. (2013). *História e memória* (7a. ed.). Unicamp.
- Lima, J. (1986). Sedipo – serviço de documentação e informação popular: a informação a serviço das organizações populares. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 19(1/4), 32–41.
- Meyriat, J. (1981). Document, documentation e documentologie. *Revue de Bibliologie, Schema et Schematisation*, 19, 51–63.
- Meyriat, J. (1993). Un siècle de documentation: la chose et le mot. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, 30(4–5), 192–198.
- Ortega, C., & Saldanha, G. (2017). La notion de document d'otlet à meyrat et les propositions néodocumentalistes. *Sciences de la Société*, 100. doi: 10.4000/sds.5945
- Otlet, P. (1934). *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Mundaneum.
- Palau-Sampio, D., & Carratalá, A. (2022). Injecting disinformation into public space: pseudo-media and reality-altering narratives. *Profesional de la información*, 31(3), e310312. doi: 10.3145/epi.2022.may.12
- Parsons, T. (1951). *The social system*. A Free Press Paperback.
- Paulo, L. S., & Rabello, R. (2024). Um acervo da vergonha para a comunidade negra brasileira? In *Anais do 22º encontro nacional de pesquisa em ciência da informação*. Vitória: ANCIB; UFES.
- Proctor, R. N. (2008). Agnotology: a missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study). In R. N. Proctor & L. S. Chiebinger (Eds.), *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford University Press.
- Rabello, O. C. P. (1987). Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 16(1), 19–42.
- Rabello, R. (2009). *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da ciência da informação* (Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Marília). Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/103372>
- Rabello, R. (2019). Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 13(2), 5–25. doi: 10.36311/1981-1640.2019.v13n2.02.p5
- Rabello, R. (2022a). Práticas documentárias em regimes de materialidade. In *Anais do 22º encontro nacional de pesquisa em ciência da informação (enancib)*. Porto Alegre: UFRGS. Recuperado de <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/865/579>
- Rabello, R. (2022b). Mediação da informação em presença: situacionalidade, transitoriedade e simetria entre implicadores e implicados. *Logeion: Filosofia da Informação*, 9(1), 62–90. doi: 10.21728/logeion.2022v9n1.p62-90
- Rabello, R. (2023). Studies on information users and non-users: an alternative proposal. *Open Information Science*, 7(1), 20220153. doi: 10.1515/opis-2022-0153
- Rabello, R. (2024). Quando memória material e documentação popular importam: esquadrão da morte na ditadura, testemunho de uma igreja na redemocratização do Brasil e intencionadas golpistas. *Encontros Bibli*, 29, 1–47. doi: 10.5007/1518-2924.2024.e99284
- Rabello, R., & Almeida Junior, O. F. (2020). Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, 30(4), 1–24. doi: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57350
- Rabello, R., & Rodrigues, G. M. (2019). Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação. *Encontros Bibli*, 24(55), 1–23. doi: 10.5007/1518-2924.2019.e58738
- Rayward, W. B. (1994). Visions of xanadu: Paul Otlet (1868–1944) and hypertext. *Journal of the American Society for Information Science*, 45(4), 235–259. doi: 10.1002/(SICI)1097-4571(199405)45:4<235::AID-ASI2>3.0.CO;2-Y
- Rayward, W. B. (1995). Orígenes de la ciencia de la información y del instituto internacional de bibliografía / federación internacional de información y documentación (fid). In W. B. Rayward & P. Arnan Rived (Eds.), *Hasta la documentación electrónica* (2a. ed.). Mundaneum.
- Rayward, W. B. (2014). Introduction: international exhibitions, Paul Otlet, Henri la Fontaine and the paradox of the belle époque. In W. B. Rayward (Ed.), *Information beyond borders: International cultural and intellectual exchange in the belle époque*. Ashgate.
- Reis, H. S., Reis, R., & Rabello, R. (2024). Memórias do diálogo de Paulo Freire com o grupo de educação popular da Vila Fátima/Guarulhos-SP. *Debates em Educação*, 16(38), 1–27. doi: 10.28998/2175-6600.2024v16n38pe18549
- Rieusset-Lemarie, I. P. (1997). Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 48(4), 301–309. doi: 10.1002/(SICI)1097-4571(199704)48:4<301::AID-ASI3>3.0.CO;2-%23
- Rocha, M. M. O. (1994). Documentação popular: considerações teóricas. *Informação & Sociedade: Estudos*, 4(1), 8–14. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/186>
- Sasaki, R. K. (2016). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (7a. ed.). WVA.
- Tragtenberg, M. (1985). Burocracia: da mediação à dominação. In *Burocracia e ideologia*. Ática.
- Vignoli, R. G., Rabello, R., & Almeida, C. C. (2021). Informação, misinformation, desinformation e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. *Encontros Bibli*, 26, 1–31. doi: 10.5007/1518-2924.2021.e75576
- Waisbord, S. (2018). The elective affinity between post-truth communication and populist politics. *Communication Research and Practice*, 4(1), 17–34. doi: 10.1080/22041451.2018.1428928

- Weber, M. (1978). Ação social e relação social. In M. M. Foracchi & J. S. Martins (Eds.), *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Livros Técnicos e Científicos.
- Weber, M. (2002). Burocracia. In *Ensaio de sociologia* (5a. ed.). LTC.
- Weber, M. (2012). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. UnB.
- Woledge, G. (1983). Bibliography and documentation: words and ideas. *Journal of Documentation*, 39(4), 266–279. doi: 10.1108/eb026752

Como citar este artigo (APA):

Rabello, R. (2025). Documentação popular: proposição de um conceito. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 14, 1 – 18. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v14.98390>

NOTAS DA OBRA E CONFORMIDADE COM A CIÊNCIA ABERTA

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Papéis e contribuições	Rodrigo Rabello
Concepção do manuscrito	X
Escrita do manuscrito	X
Metodologia	X
Curadoria dos dados	X
Discussão dos resultados	X
Análise dos dados	X

EQUIPE EDITORIAL

Editora/Editor Chefe

Paula Carina de Araújo (<https://orcid.org/0000-0003-4608-752X>)

Editora/Editor Associada/Associado Júnior

Karolayne Costa Rodrigues de Lima (<https://orcid.org/0000-0002-6311-8482>)

Editora/Editor de Texto Responsável

Lidiane do Prado Reis (<https://orcid.org/0000-0002-1108-5703>)

Seção de Apoio às Publicações Científicas Periódicas - Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná - UFPR

Editora/Editor de Layout

Felipe Lopes Roberto (<https://orcid.org/0000-0001-5640-1573>)